

Turismo, Capital Social e Desenvolvimento Local: a Experiência da Associação de Barqueiros de Rio Formoso - Pernambuco¹

Josilene Henriques da SILVA²

Bruno de Assis MONTEIRO³

Ana Paula da C. Amorim PEDROSA⁴

Jadson Minervino da FONSECA⁵

Angelo Brás Fernandes CALLOU⁶

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Resumo

A existência de atrativos turísticos, naturais ou culturais, pode se constituir em vantagens para a população de determinados lugares. A dinamização de tais potencialidades turísticas, quando convertidas em benefício comum, tem sido relacionada à noção de desenvolvimento local. Entretanto, a participação e a coesão entre os agentes locais são imprescindíveis para a construção dessa realidade. Assim, buscou-se entender a dinâmica de atuação entre os membros da Associação de Barqueiros de Rio Formoso no tocante ao trabalho de condução de turistas dentro da APA de Guadalupe, em Pernambuco. Por meio de estudo de caso, e a partir do conceito de capital social, constatou-se que a referida Associação resultou de uma pequena articulação por parte de alguns de seus membros para consecução de certos objetivos do grupo; entendidos, porém, como prioritariamente econômicos.

Palavras-chave: Turismo; Capital social; Participação; Desenvolvimento local.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduada em Turismo, Especialista em Turismo e Patrimônio e mestranda do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE, email: josileneh@yahoo.com.br

³ Sociólogo e mestrando do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE, email: brunoamonteiro@hotmail.com

⁴ Graduada em Comunicação Social e mestranda do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE, email: ana.ecolidaria@hotmail.com

⁵ Graduado em Agronomia, Licenciado em Ciências Agrícolas e mestrando do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE, email: jadsonfonseca@yahoo.com

⁶ Professor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Doutor em Ciências da Comunicação e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX), email: abcallou@gmail.com

Introdução

O modelo de turismo adotado em muitas regiões litorâneas, designado de ‘sol e mar’, tem contribuído significativamente para a desestruturação socioambiental do lugar onde essa atividade é praticada. A falta de planejamento turístico adequado, a inexistência de apoio às iniciativas locais, o desrespeito às culturas e ao ambiente podem ser apontados como as causas desse cenário.

Alguns pesquisadores, a exemplo de Marcelino (1996), já evidenciaram as consequências desse modelo e o modo como atua na segregação social/ espacial, minorando atividades tradicionais como a pesca, por exemplo.

A substituição das moradias por hotéis de médio e grande porte está igualmente relacionada a esse processo de ‘desenvolvimento’ turístico. Uma alternativa para esse problema pode ser apontada como o favorecimento de uma cultura crítica e emancipatória relacionada ao sentido de pertencimento local, “[...] expresso plenamente quando o ator social se reconhece como agente do processo de construção da realidade e da dinâmica de desenvolvimento” (IRVING, 2009, p. 112).

Desse modo, o turismo também tem sido considerado uma oportunidade para inserção de comunidades desfavorecidas economicamente; entretanto, muitas análises a esse respeito desconsideram questões relacionadas à sustentabilidade social e à capacidade dos grupos populares em incidir sobre as mais diversas causas da exclusão, que não se dão apenas no campo econômico, mas se articulam com o acesso desigual à informação, aos serviços públicos e aos bens sociais; e, em última análise, resultam no arruinamento da capacidade de reverterem/ amenizarem essa condição subalterna; que, nas palavras de JARA (2001, p. 189), constitui “[...] um relacionamento que expressa grave deterioração do capital social”.

Assim, acredita-se que a ação social de uma organização civil possui determinantes percebidos no âmbito de sua dinâmica interna (gestão, capital humano, solidariedade, etc.), contudo, mesmo esses determinantes têm relação com elementos que não são estritamente internos, mas que dizem respeito ao conjunto de relações estabelecidas no ambiente sóciopolítico no qual a instituição está inserida, como o acesso às políticas públicas e aos canais de comunicação consolidados com o advento da globalização, assim como a participação em redes de cooperação e as relações estabelecidas com grupos de práticas conflitantes (ABRAMOVAY, 2000).

Defende-se, então, que sem uma perspectiva que articule as dimensões interna e externa de uma organização é inviável apreender a problemática de sua atuação. Nesse sentido, uma aproximação teórica entre desenvolvimento local e capital social, sobretudo a partir dos estudos de Bourdieu (2001), Putnam (2001) e Coleman (2001), oferece o potencial analítico para a consecução do objetivo da reflexão aqui empreendida: analisar as dinâmicas de participação da Associação de Barqueiros de Rio Formoso e sua inserção na atividade turística, levando-se em consideração a possibilidade de desenvolvimento local. Para isso, utilizou-se como categoria de análise, o conceito de capital social.

Enquanto instância privilegiada de verificação do capital social relacionado aos membros da associação, a noção de participação conforma tanto o engajamento dos associados, quanto as práticas políticas institucionalizadas. Essa discussão delineará a reflexão sobre as possibilidades e os limites dessas relações no processo de desenvolvimento local.

Esta é uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de estudo de caso. Para tanto, utilizou-se de análise documental e bibliográfica, além de pesquisa de campo realizada no período de março a julho de 2011. Quanto às técnicas de coleta de dados, incluem-se observação e realização de conversas e entrevistas.

A amostra foi formada por dez membros da associação em estudo, 'escolhidos' aleatoriamente em função de suas disponibilidades; bem como representantes do poder público por meio da Secretaria de Turismo e da Secretaria de Lazer e Esportes do Município de Sirinhaém, local onde os passeios são ofertados.

O presente estudo faz parte do projeto Observatório de Extensão Rural e Extensão Pesqueira no Município de Rio Formoso (Observator Rio Formoso), desenvolvido pelo Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco por meio do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX), e tem como proposta estudar possíveis impactos de políticas públicas de Extensão Rural e Extensão Pesqueira na perspectiva do desenvolvimento local para o município, no período de 2011 a 2015.

Localizado no litoral sul de Pernambuco, esse município integra a Área de Proteção Ambiental de Guadalupe, que foi criada pelo Decreto Estadual nº. 19. 635 de 13 de março de 1997 e instituída com o objetivo de proteger a biodiversidade do lugar, “especialmente os recursos hídricos, visando à melhoria da qualidade de vida da população local, à proteção dos ecossistemas e ao desenvolvimento sustentável” (PERNAMBUCO, 1997).

Correspondendo a uma área de 44.799 hectares, essa Unidade de Conservação envolve ainda parte de Sirinhaém, Tamandaré e Barreiros.

Com um forte potencial para o turismo, esses municípios recebem um fluxo regular de visitantes. Além disso, pode ser observado o surgimento de pequenos hotéis e pousadas; mas também de alguns *resorts* na região, de certa forma, influenciados por algumas ações governamentais como o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/ NE I e II. Entretanto, para o escopo da presente pesquisa, no que se refere ao desenvolvimento local, apenas o município de Rio Formoso foi considerado, por se tratar da sede da Associação de Barqueiros de Rio Formoso, objeto de análise da presente pesquisa.

Capital social, participação e desenvolvimento local

As teorias de capital social foram elaboradas a partir de uma preocupação com o “metabolismo de comunidades humanas”, ou seja, com a totalidade dos elementos que constituem a existência social. Assim, tais teorias partiram do seguinte questionamento: “por que certas sociedades regulam tão bem seus conflitos? Por que certas territorialidades apresentam uma dinâmica social tão parecida com a de organismos que se automantêm?” (FRANCO, 2001, p. 69).

Essa preocupação fundamental com a multidimensionalidade da existência social, ao favorecer a conciliação e a afirmação da retroalimentação micro-macro, situa a discussão no que Alexander (1987) denominou de “novo movimento teórico” nas Ciências Sociais e torna possível a correlação teórica com a ideia de desenvolvimento local, a partir da qual a atual pesquisa foi fundamentada.

Ainda quanto à base conceitual, entende-se a noção de participação a partir das afirmações de Tauk Santos (1996, p. 2), que esclarece sobre a cidadania participativa, “entendida como via privilegiada para o desenvolvimento local”.

Igualmente, parte-se do conceito apresentado por Coelho (1996, p. 11), para quem o desenvolvimento local pode ser entendido como:

[...] plano de ação coordenado, descentralizado e focalizado, destinado a ativar e melhorar de maneira sustentável as condições de vida dos habitantes de uma localidade, e no qual o desenvolvimento estimula a ampla participação de todos os atores relevantes.

Essa participação surge como uma conquista indispensável no processo de desenvolvimento local e se perfaz como um fenômeno político que não se dissocia da base econômica, pois dificilmente se alcançará autodeterminação sem autossustentação. Porém, os fenômenos participativos da sociedade civil precisam, no mínimo, manifestar quatro marcas qualitativas para corresponder ao que Demo (2001) chama de qualidade política, a saber: a representatividade, a legitimidade, participação da base e o planejamento participativo.

Para o referido autor, a participação fora desses horizontes ou aproxima-se de uma farsa ou é incompetente, pois não possibilita a sedimentação de metas de autogestão, democracia, liberdade e convivência.

Dentro desses moldes, uma organização de pessoas com objetivos próprios, seja na condução de uma associação ou de um grupo informal, dependerá menos de questões quantitativas, como tamanho da sede ou número de membros que das questões qualitativas que irão delinear o teor da participação.

Assim, a participação também influencia no modelo do processo democrático na medida em que os atores envolvidos numa ação coletiva se mobilizam para deliberar sobre as demandas comunitárias. Quando se trata de um ambiente participativo, é possível estabelecer uma discussão concreta do que seja ou não prioridade, desde que esse espaço de discussão esteja aberto ao diálogo e possa gerar benefícios para o grupo.

Essa mobilização pode fomentar uma sinergia entre os indivíduos do grupo e os organismos governamentais ou não governamentais, tendo em vista a reivindicação de direitos que contemplem as demandas sociais, visando ao bem estar social do coletivo.

Ainda do ponto de vista dos benefícios sociais, Demo (1996) afirma que não se pode supervalorizar a participação sem que haja meios para a satisfação das necessidades socioeconômicas. Trata-se, pois, de abolir o assistencialismo e favorecer a autonomia.

Essa inter-relação entre os atores sociais e os órgãos deliberativos, com vistas à conquista de melhores condições de vida, pode estimular o empoderamento dos atores dentro da perspectiva de construção de uma cultura democrática, impulsionando o desenvolvimento local.

Para não incorrer na construção de um discurso limitado, atentou-se para a ressalva de que o desenvolvimento local deve ser considerado também sob o ponto de vista do conflito, desconstruindo-se o discurso neoliberal de que o desenvolvimento local é capaz de resolver

as contradições sociais de forma harmônica com negociações entre grupos desfavorecidos e grupos capazes de realizar concessões (OLIVEIRA, 2001).

Igualmente, apropriou-se da crítica de Matos (2001 *apud* SACHS e LAGES, 2001, p. 6), a qual denuncia certas abordagens sobre capital social “como dispositivo teórico para explicar e impulsionar o desenvolvimento econômico e social, [que] tem valorizado apenas o lado positivo do conceito, sem considerar as contradições e os conflitos postos pelas situações reais”.

Sachs e Lages (2001) questionam se o capital social seria um paradigma emergente ou uma dimensão esquecida do desenvolvimento, pois “[...] continua para muitos um conceito extremamente vago, um conceito *passé-partout*, que pode ser aplicado a certas situações onde interações sociais positivas se produzem” (SACHS; LAGES, 2001, p. 1). Embora tal provocação seja oportuna, considerou-se estritamente como uma contribuição para dar mais objetividade à discussão ora realizada.

Para a resolução desses impasses, a participação surge como o lugar de intercessão, capaz de dar objetividade às discussões sobre capital social e consciência de conflito às reflexões sobre desenvolvimento local. Para além disso, enquanto dimensão constituinte e indispensável dos processos sustentáveis de desenvolvimento, a participação é mediada pelo capital social detido pelos grupos e indivíduos.

Tal concepção aponta para a referida indissociabilidade sugerida por Sachs e Lages (2001), a qual também está presente na abordagem de Jara (2001, p. 100), segundo a qual, “a construção de sociedades sustentáveis e do desenvolvimento local depende do sólido empreendimento em capital humano e capital social, tendo em vista a estruturação de ambientes territoriais inovadores, criativos, democráticos e socialmente articulados”.

Em estudos que abordam o capital social, Bourdieu, Coleman e Putnam têm sido os autores mais empregados, pois são considerados fundadores desse conceito, responsáveis pela sistematização da atual noção do termo (FRANCO, 2001). Contudo, não interessa fazer uma reflexão detida sobre a gênese desse conceito, e sim a utilização de seus subsídios mais relevantes para o estudo das problemáticas que se apresentaram no estudo de caso em questão.

Esse perfil argumentativo atende à opção analítica aqui adotada de que o conjunto de recursos provenientes das relações sociais se constitui em fator fundante do potencial participativo e, em consequência, das possibilidades de desenvolvimento:

El capital social es el conjunto de los recursos actuales o potenciales vinculados a la posesión de una red duradera de relaciones más o menos institucionalizadas de interconocimiento e interreconocimiento; o dicho de outro modo, a la pertenencia a un grupo, en tanto en cuanto que conjunto de agentes que poseen no solo propiedades comunes (capaces de ser percibidas por el observador, por los demás o por ellos mismos) sino que estan también unidos por vínculos permanentes y útiles (BOURDIEU, 2001, p. 83 – 84).

Essa definição de Bourdieu envolve pontos-chaves para compreensão da base epistemológica e ideológica do conceito: o caráter instrumental do capital relacionado à mobilização do máximo de recursos provenientes de redes de relações para a obtenção de benefícios particulares: “*los beneficios que la pertenencia a un grupo proporciona están en la base de la solidaridad que los possibilita* (BOURDIEU, 2001, p. 84); e sua vinculação à reprodução social, pois a concentração possui um efeito multiplicador. Em decorrência dessas premissas, segundo Costa e Costa (2005, p. 5), Bourdieu é “o único dos três autores a incluir na estrutura de análise do capital social a noção de conflito”.

Ao considerar que o acúmulo de capital social não se dá no vácuo social, mas no campo do conflito, torna-se notável a primeira problemática: as disparidades entre a Associação de Barqueiros de Rio Formoso e os demais empreendimentos turísticos existentes na região, particularmente nos municípios que integram a APA de Guadalupe. Possivelmente, esses empreendimentos concentram os capitais específicos de vários tipos (econômico, social, cultural, político, etc.) e possuem maiores possibilidades de converter em benefícios o capital acumulado.

Como há um claro conflito de interesses, tais benefícios têm o poder de aprofundar as diferenças sociais, que são definidas em função do volume de capital acumulado. Assim, torna-se necessário uma abordagem relacional que apreenda a posição social dos Barqueiros no conjunto de relações que ‘estabelecem’ com outros grupos.

Putnam (2001, p. 90) afirma que o capital social “*se refiere a características de la organización social, como por ejemplo redes, normas e confianza, que facilitan la coordinación en beneficio mutuo*”. Como se trata de um “*bien público*”, existe uma estreita

relação entre o fortalecimento de uma cultura cívica e o desenvolvimento. Ambos só são possíveis através da confiança, “*lubrificante de la vida social*”.

Putnam (2001, p. 93), considera ainda que, assim como bons governos podem consolidar ou arruinar relações de confianças e cooperação, geradoras de capital social e de desenvolvimento, as comunidades cívicas, através de suas organizações civis, determinam o êxito dos governos.

Nessa perspectiva de potencial do conceito, Marteleto e Silva (2004) descrevem as três dimensões do capital social definidos por Putnam: a primeira refere-se à formação de redes por laços de parentesco, amizade ou étnicos para a criação de mecanismos de cooperação; a segunda diz respeito à criação de redes entre comunidades distintas para aumentar o alcance das ações; e a terceira está relacionada com a consolidação de redes por meio do estreitamento das relações entre a comunidade e as instituições de poder com vista à obtenção de recursos para o desenvolvimento.

Para o fim desta reflexão, não cabe situar a Associação de Barqueiros na polarização de Putnam (cívico/ não cívico). Contudo, parece altamente proveitoso pensar as dinâmicas de participação do grupo a partir dessas três dimensões.

Na primeira dimensão, sua constituição enquanto rede comunitária se dá pela conjunção de laços geográficos (moradores de Rio Formoso) e profissionais (barqueiros). A função pedagógica da organização dos barqueiros não se dá em uma lógica que confirme a compreensão de Putnam (2007, p. 103), segundo a qual “no âmbito interno, as associações inculcem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público”.

Essa afirmação necessita de uma problematização: nem sempre as associações têm motivações altruístas. A criação da Associação pelos barqueiros foi a solução encontrada para garantir um espaço no mercado turístico local, mas implicando em uma dinâmica interna menos coesa, pois os integrantes não a têm como um meio de expressão de suas inclinações democráticas internalizadas, mas como o meio formal de assegurar um ambiente de concorrência acirrada.

A estreiteza dessa concepção tem um papel relevante na falta de consolidação de um capital social significativo nas outras duas dimensões (relacionadas à articulação com outros grupos e com o Estado) e ‘cimentada’ uma condição de isolamento social. Contudo, importa ressaltar que essa condição também é alimentada pela apatia da gestão da Associação e das

instâncias políticas competentes. A conjunção das deficiências nas três dimensões reverbera no pouco interesse de participação em questões mais amplas, a exemplo do que afirma Sen (2000, p. 24) na explicitação das diretrizes teóricas e metodológicas do que denomina “desenvolvimento como liberdade”.

Segundo esse autor, “é importante não só dar o devido valor aos mercados, mas também apreciar o papel de outras liberdades econômicas, sociais e políticas que melhoram e enriquecem a vida que as pessoas podem levar”. Essa valorização das mais variadas dimensões não é um ‘capricho’ teórico, mas um fator determinante para o desenvolvimento, uma vez que cada uma das dimensões está atrelada às demais e sobre elas repercutem.

Para Coleman, cujo conceito influenciou Putnam (2001, p. 51):

El capital social se define por su función. No es una entidad singular sino una variedad de entidades distintas con dos elementos en común: todas ellas contienen alguna dimensión de las estructuras sociales, y todas ellas facilitan ciertas acciones de los actores [...] dentro de la estructura. Al igual que otras formas de capital, el capital social es productivo, haciendo posible la consecución de determinados fines, inalcanzables sin él.

Na base desta definição está a compreensão de que os atores/ barqueiros, na mobilização de recursos para satisfação de seus interesses, atuam de forma reflexiva e relativamente autônoma, pois estariam somente condicionados pela disponibilidade de recursos e pelas condições estruturais. Bourdieu, um crítico da teoria da ação racional, não acredita que esta supere o dilema objetivismo-subjetivismo na Sociologia, e defende que os sujeitos não agem com total consciência; pelo contrário, agem segundo uma razão prática descrita pelo conceito *habitus*, um conjunto de preferências, de percepções, de estruturas cognitivas e de respostas adequadas internalizadas a partir das relações que estabeleceram nas estruturas objetivas.

Assim, a ação não se explica estritamente pela autonomia absoluta dos indivíduos nem pela imposição determinante das experiências sociais (BOURDIEU, 1996). Nesse sentido, a socialização tem um papel central na compreensão da ação, sendo compreendida como um conjunto de “[...] experiências individuais que se apropriam da heterogeneidade e da complexidade do mundo social a partir de um repertório conquistado *a priori* e um devir construído no presente” (SETTON, 2005, p. 347).

Essas considerações remetem à necessidade de compreender as ‘respostas’ dos barqueiros diante de seus problemas a partir do conhecimento dos processos internos de socialização na associação; sobretudo por estar marcada por uma ‘cultura’ de passividade em grande medida construída por um modelo verticalizado de gestão.

A Associação de Barqueiros e os passeios turísticos pelo Rio Formoso

A condução de turistas pelos barqueiros de Rio Formoso teve início por volta de 2000⁷, à época, por pescadores da Colônia Z-7 que vislumbraram uma oportunidade de geração de renda a partir destes passeios na praia de Carneiro, litoral Sul de Pernambuco. Com o passar do tempo, novos indivíduos perceberam naquela atividade uma alternativa de geração/complementação dos rendimentos.

Com o objetivo de organizar os passeios entre os barqueiros, em 2005 foi criada a Associação dos Barqueiros de Rio Formoso. Atualmente, esta instituição é composta por sessenta e três membros, que realizam passeios turísticos dentro da APA de Guadalupe desde o Píer Mariassu, localizado no município de Sirinhaém, até a Praia dos Carneiros, em Tamandaré.

O Píer Mariassu foi construído por meio das ações do Projeto Costa Dourada no ano 2000 pelo Governo do Estado de Pernambuco, e em 2006 foi cedido ao Cabanga Iate Clube que tinha interesse em construir uma marina no local. Todavia, devido aos possíveis impactos ambientais a serem causados pela futura edificação, a obra não foi iniciada e o espaço repassado para a administração da Prefeitura de Sirinhaém⁸.

Mensalmente o local recebe em média 13.276 visitantes, e os embarques para os passeios são realizados de acordo com a capacidade de cada embarcação, ficando esse controle a cargo de alguns funcionários da gestão municipal.

Nesse cenário, uma das principais dificuldades relatadas pelos barqueiros no desenvolvimento de suas atividades é a concorrência com os catamarãs, que também passaram a oferecer esse serviço, mas com a vantagem de possuírem maior capacidade de transporte de passageiros e realizarem a venda dos passeios por meio das operadoras e agências de turismo.

⁷ Segundo informações fornecidas pelos barqueiros entrevistados.

⁸ Segundo informações fornecidas pelos representantes da Prefeitura de Sirinhaém.

A experiência da Associação de Barqueiros de Rio Formoso

Conforme definido inicialmente, o objetivo do presente estudo foi analisar o modo de organização dos membros da Associação de Barqueiros de Rio Formoso, particularmente no tocante ao capital social. Além disso, buscou-se entender o contexto de desenvolvimento local no referido município ao relacioná-lo, em parte, à atuação desse grupo.

A necessidade de organização foi destacada por todos os entrevistados, que, de certa forma, disseram acreditar no poder de uma coletividade. De modo geral, buscaram se associar com vistas a algum benefício futuro, mas principalmente para a normatização das conduções entre eles.

Alguns benefícios já foram percebidos pelo grupo, que evidenciou a melhoria na renda da família como a maior vantagem de fazer parte da Associação, recebendo, em média, o valor referente a pouco menos de um salário mínimo durante a baixa estação. Notou-se, pois, que o propósito da associação é relacionado principalmente ao trabalho e à geração de renda.

Não fazer parte da Associação limitaria as perspectivas do barqueiro em virtude da concorrência dos associados. Além disso, foi constatado que não há interesse de novos sócios porque não há demanda no píer de Sirinhaém, onde trabalham.

A atividade de condução de visitantes pelo Rio Formoso dentro da APA de Guadalupe se constitui em uma das principais potencialidades para o grupo. Entretanto, a concorrência com empresas de catamarãs tem desestabilizado o trabalho desses barqueiros, que se sentem constantemente ameaçados. Segundo os entrevistados, eles têm atendido a um número cada vez menor de turistas e, devido ao tamanho e ao conforto dos catamarãs, quem visita o Píer de Mariassu prefere o passeio realizado nessas embarcações.

Outros problemas foram destacados pelos entrevistados, a exemplo da falta de uma sede para a associação e a ausência de organização entre os membros, inclusive mencionada como ‘desunião’ do grupo.

Como a maioria dos barqueiros já desenvolvia a atividade de pescador, parcela significativa dos membros da Associação de Barqueiros também faz parte da Associação de Pescadores na Colônia Z-7. Entretanto, notou-se que a formação desses dois grupos e, em particular, da Associação de Barqueiros não tem contribuído com a coesão dos associados. A falta de

articulação e de mobilização foi percebida por meio da ausência de reuniões, mas também pela pauta de discussão nessas escassas assembleias.

Percebeu-se, por isso que a Associação não contribui com uma ‘cultura’ de cooperação entre seus membros e não há efetiva comunicação entre eles. Além disso, foi informado que na maioria das vezes as decisões são realizadas apenas pela direção.

A partir dessas constatações, entende-se que as relações estabelecidas entre os membros da Associação dizem respeito a um vínculo importante para obtenção de um objetivo em comum, porém, sem o estabelecimento de confiança e cooperação. Julga-se, assim, que a existência de capital social desse grupo não é forte o suficiente para que busquem melhores oportunidades para o grupo.

A Associação foi criada para fortalecer a atuação dos barqueiros, mas devido aos conflitos mal administrados entre os próprios barqueiros, entre estes e a direção, e ainda entre a Associação e outras instituições, a exemplo da Prefeitura de Sirinhaém, além das empresas de catamarãs e de alguns taxistas, que levam os turistas até o píer mediante comissão de até 50% sobre o valor do passeio, há perda da força da coletividade e o grupo se percebe tolhido com relação aos benefícios que poderiam, de fato, obter.

Por outro lado, representantes⁹ da Prefeitura de Sirinhaém percebem o problema como decorrência da ‘falta de liderança’ dos barqueiros, e acreditam que o trabalho da Prefeitura permitiu maior organização dos passeios, pois antes de sua atuação esse grupo cobrava indevidamente a ‘entrada’ de novas embarcações no local e não atendiam a certas normas, inclusive de segurança.

Entretanto, constatou-se que a gestão de Sirinhaém não percebe a necessidade de uma política que favoreça a inserção equitativa dos barqueiros em função do turismo na área, descrevendo tentativas fracassadas de iniciativas do grupo, atribuídas à ‘incapacidade’ desses beneficiários de se mobilizarem; portanto, sem relacioná-las a fatores estruturantes do mercado e da necessidade de políticas públicas eficazes.

Por fim, a ‘entrada’ no mercado turístico tem sido apontada como uma alternativa de melhoria na renda, mas não foi evidenciada como uma potencialidade a ser fortalecida em favor do grupo, nem dos moradores de Rio Formoso. Entende-se, portanto, que a concepção

⁹ Conversa realizada em 20 de julho de 2011 com representantes da Prefeitura de Sirinhaém lotados na Secretaria de Turismo e na Secretaria de Eventos e Esportes.

de desenvolvimento local também não se encontra respaldada no discurso e na prática institucionalizados pela Associação ora analisada.

Considerações finais

Embora se considere por um lado que, quando se trata de uma população empobrecida, a inserção econômica se apresente como uma demanda básica, justa e, portanto, irrenunciável por parte das políticas públicas e da ação civil organizada; por outro, considera-se que essa inserção, por si só, não é suficiente para desconstruir as bases sobre as quais estão fundamentadas as situações de subalternidade e de pobreza.

Essa ideia decorre da observação de que, na configuração de uma realidade, as dimensões sociais atuam de forma integrada e não hierárquica; o que equivale a dizer que ações transformadoras das dinâmicas sociais só podem ser consideradas como tal se não fragmentarem a realidade ou não atribuírem maior relevância a uma das dimensões.

O foco economicista da atuação da Associação dos Barqueiros de Rio Formoso não deve ser considerado como uma inclinação natural, mas como a expressão da articulação entre fatores culturais e políticos, internos e externos. A análise do capital social, timidamente detido pela Associação, foi uma forma compreender a influência desses fatores e a forma como os conflitos estabelecidos (muitas vezes velados) com empreendimentos econômicos privados atuam na reprodução das desigualdades.

Nesse âmbito, outro aspecto observado é que os passeios turísticos realizados pelos barqueiros são a principal fonte de renda para alguns dos associados. Todavia, inexistente, conforme já explicitado, uma articulação no sentido de promover a atividade desenvolvida com vistas ao desenvolvimento socioeconômico do lugar. Igualmente, percebe-se que a atividade turística no local é articulada, sobretudo, a partir da iniciativa de grandes empresas de turismo através de ‘pacotes fechados’ entre estas, os clientes e hotéis da região.

A atividade turística, enquanto potencial para o desenvolvimento socioeconômico, não pode favorecer as bases da exclusão social; nesse contexto, entendida como formas de desfavorecimento à articulação política, à igualdade de oportunidades e à participação social.

Assim, uma proposta de turismo que possibilite uma ‘regeneração’ socioeconômica dos atores locais parte de uma crítica a este modelo de desenvolvimento centralizador e excludente que tem se consolidado. Um modelo que possa privilegiar a participação

popular, a transformação social e a inclusão socioeconômica destas populações com vistas ao fomento de espaços democráticos de cidadania.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.

ALEXANDER, Jeffrey. C. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, 1987.

BOURDIEU, Pierre. El capital social. Apuntes provisionales. **Zona Abierta**, 94/95, p. 83-87, 2001.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

COELHO, Franklin Dias. Reestruturação econômica e as novas estratégias de desenvolvimento local. In: FONTES, Ângela; COELHO, Franklin Dias. **Desenvolvimento econômico local**: temas e abordagens. Rio de Janeiro: IBAM, SERE/FES, 1996.

COLEMAN, James S. Capital Social y Creación de Capital Humano. **Zona Abierta**, 94/95, p. 47-81, 2001.

COSTA, Achyles Barcelos; COSTA, Beatriz Morem. **Cooperação e capital social em arranjos produtivos locais**. 2005. Disponível em:
<www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A113.pdf>. Acesso em 25 jul. 2010.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Pobreza política**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

FRANCO, Augusto de. **Capital social**. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2001.

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 108-121.

JARA, Carlos Júlio. Capital humano e capital social no desenvolvimento local sustentável. In: _____. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: IICA, 2001, p. 99-21.

MARCELINO, Ana Maria Teixeira. O turismo e sua influência na ocupação do espaço litorâneo. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 177-183.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**. Brasília, v.33, n.3, p. 41-49, set/dez. 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma**: que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Polis, FGV, 2001

PERNAMBUCO. Governo do Estado. Decreto Estadual nº. 19.635 de 13 de março de 1997. **Declara como Área de Proteção Ambiental a região situada nos municípios de Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré e Barreiros**. Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/dec19635.htm>>. Acesso em 02 set. 2007.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

_____. La comunidad próspera. El capital social y la vida pública. **Zona Abierta**, 94/95, p. 89-104, 2001.

SACHS, Ignacy; LAGES, Vinicius N. Capital social e desenvolvimento: novidade para quem? **Conferência regional sobre capital social y pobreza**. Santiago: 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SETTON, Maria da Graça Jacinto. A particularidade do processo de socialização contemporânea. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 335-350, 2005.

TAUK SANTOS, Maria Salett. Globalização e práticas culturais: o local enquanto espaço de (re) construção da cidadania. In: COLLOQUE FRANCO BRÉSILIEN SFCIC/INTERCOM, 4, 1996. **Anais**. Grenoble: Université Stendhal, 1996.